TERRORISMO FISCAL: dominância financeira e a degradação da vida dos trabalhadores

Ana Flavia Silva de Oliveira[1]

Danilo Augusto da Silva Horta[2]

RESUMO

Os séculos XX e XXI têm sido marcados por grandes transformações na dinâmica do capital, de modo que uma análise cuidadosa, no que tange a essas mudanças estruturais, é relevante para que se possa captar as consequências diretas no modo de vida dos trabalhadores. Nosso objetivo é investigar como se ratifica no Brasil a capacidade de transmutação do capital à subordinação às finanças, em engendrar o esvaziamento estatal no que toca à excrescência do mercado em desfavor à qualidade de vida da população. Dessa forma, identificamos que o resultado direto desse projeto neoliberal se configurou no teto dos gastos, que a partir de uma lógica de terrorismo fiscal, conseguiu estabelecer um oneroso retrocesso em direitos historicamente conquistados.

PALAVRAS-CHAVE: acumulação de capital, teto dos gastos, seguridade social.

ABSTRACT

The 20th and 21st centuries have been marked by major transformations in the dynamics of capital, so that a careful analysis of these structural changes is relevant in order to capture the direct consequences on the workers' way of life. Our objective is to investigate how the capacity of transmuting capital to subordination to finance is ratified in Brazil, in engendering state emptying in terms of the excess of the market in detriment to the population's quality of life. Thus, we identified that the direct result of this neoliberal project was configured in the spending ceiling, which, based on a logic of fiscal terrorism, managed to establish an onerous setback in historically conquered rights.

KEYWORDS: capital accumulation, spending ceiling, social security.

[1]Graduanda em Ciências Econômicas pelo IERI/UFU e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Capitalismo Contemporâneo (CaCo-IERI/UFU). E-mail: ffaaoliveira@gmail.com

[2] Graduando em Relações Internacionais pelo IERI/UFU e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Capitalismo Contemporâneo (CaCo-IERI/UFU). E-mail: danilosilvahorta@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Há quase meio século importantes transformações ordenaram um novo curso ao processo de acumulação de capital em escala mundial, não apenas em resposta às necessidades expansionistas próprias do modo de produção capitalista, mas também como resultado da concorrência internacional entre grandes grupos oligopolistas e de sua disputa incessante por poder econômico e político. Mais do que isso, na mesma velocidade com que tais transformações ocorrem, reforçam-se as contradições inerentes à lógica do capital, que dentre tantas outras possíveis consequências, buscaremos destacar sua capacidade de garantir o esvaziamento do Estado.

Para tanto, o presente ensaio, a partir de um estudo histórico-exploratório, se divide em três seções além desta introdução e da conclusão. A primeira resgata a dinâmica da inserção das economias na nova fase financeirizada sob a égide do neoliberalismo. A segunda discute a mudança no padrão de acumulação e organização industrial do sistema capitalista, do fordista (do imediato pós guerra até 1973) à flexível que se estabelece até hoje sob subordinação às finanças, associando ao consequente reflexo na intensificação de problemas estruturais na economia brasileira. Por fim, a última seção evidencia a lógica estabelecida para que, de uma busca neoliberal de redução do Estado para quaisquer motivos que não o interesse do mercado, chegarmos ao cume do esvaziamento estatal e do regresso em termos de direitos da classe trabalhadora, a saber, o teto dos gastos.

2. A FINANCEIRIZAÇÃO COMO TRILHA AO NEOLIBERALISMO

O programa neoliberal no mundo iniciou sua trajetória de dominância do pensamento e atuação político-econômica em meados da década de 1970. As forças estatais que disseminaram a dita “revolução conservadora” o fizeram a partir de diversos epicentros, a saber, a mobilização que inúmeros países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em diferentes medidas, deram

ao ímpeto desregulador, liberalizante e privatizante (CHESNAIS, 1998; HARVEY, 2008). Em linhas gerais, pode-se entender o neoliberalismo como um conjunto de práticas cuja primazia está no mercado e na liberdade de ação individual dos agentes, essas que deveriam sobrepor-se à atuação do Estado e, portanto, este último apareceria apenas como guardador da estrutura institucional, a qual Harvey (2008, p. 12) entende como os "sólidos direitos individuais a propriedade privada, livre mercado e livre comércio".

As economias capitalistas mergulharam na neoliberalização por conta de diversos fatores, mas é especialmente importante frisar que as crises que permearam as diferentes estruturas nacionais ao redor do globo a partir da década de 1970, causadas pelos choques do petróleo e pelo chamado "choque Volcker", foram responsáveis pela queda da lucratividade industrial, pela desaceleração do nível de atividade econômica, e pelo aprofundamento do desemprego e da inflação em escala mundial. O descontentamento da classe burguesa capitalista com essa situação e com a ascensão das perspectivas mais à esquerda do pensamento político-econômico - que Harvey (2008) chama de "ameaça política às elites" - e da classe trabalhadora organizada (sobretudo através de sindicatos) levou a uma busca pela reestruturação do poder das elites burguesas.

Não coincidentemente, o avanço de Thatcher (na Inglaterra) e Reagan (nos Estados Unidos) defendendo o caminho da privatização, liberalização e desregulamentação em suas respectivas economias e no mundo, deu condições para que o capital concentrado pudesse movimentar-se livremente e sem controle, e esse é um dos aspectos chave para compreendermos o vínculo desse processo com a financeirização.

A dominância e autonomia do setor financeiro frente aos demais se fundamenta na plena e irrestrita mobilidade de capitais, o que garante as condições necessárias para que o capital salte de D para D'[3] com o mínimo possível de interferências, mediações e idiossincrasias. Aqui está o princípio do sobressalto da acumulação na esfera financeira, cujo personagem principal é a forma autônoma do capital portador

[3] Ver mais nos capítulos XXI a XXV no livro III d'O Capital de Marx (2017 [1894]).

de juros, a excrescência do capital fictício, o qual alimenta a criação e expansão desenfreada de bolhas financeiras (CHESNAIS, 1996), tornando, dentre outros aspectos, o sistema mais propenso a crises.

A consequência desse processo chega aos países dependentes de maneira brutal. Em meio a grande volatilidade de capitais, a instabilidade cambial e a crises da dívida, os países periféricos se viram encurralados pelas potências centrais que germinaram esse regime cada vez mais inconstante. Nesse cenário, os Estados periféricos passam a ser forçados a adotar o receituário neoliberal arquitetado e defendido no Consenso de Washington, que, em suma, seu objetivo final era garantir que a expansão dos mercados monetários e financeiros chegasse à periferia, tanto por isso a total liberdade de circulação de capitais no mundo era amplamente "incentivada". Essa prescrição era a representação da nova ortodoxia, o ajuste estrutural que supostamente pavimentaria o sucesso dessas economias, hoje extremamente desgastadas por inúmeras forças recessivas que permearam as últimas três décadas sobretudo na América Latina.

Dessa forma, encaminhamo-nos aqui a compreender como a economia brasileira se insere nessa lógica da financeirização. A abordagem que nos parece mais precisa de como esse movimento se consolida no Brasil é trabalhada por Paulani (2013), que evidencia que é só no pós-1990 que o Brasil passa atuar de maneira ativa, não obstante de forma subordinada, na ordem da financeirização.

Essa fase amadurecida de participação ativa na financeirização é resultado de diversas fontes político-econômicas, mas a atribuímos, principalmente, à continuidade de forma mais drástica da abertura comercial e financeira ao capital estrangeiro, realizada pós-Plano Real (1994), cujo objetivo era obter maior acúmulo de reservas para assegurar a estabilidade monetária. O conjunto de medidas adotadas conjuntamente à abertura, especialmente as metas de inflação, de superávit primário e o câmbio flutuante, tornaram a economia nacional ainda mais permissiva à financeirização (LAVINAS; GENTIL, 2018).

Entendemos que a condescendência do Estado com as finanças e o capital, tanto nacional quanto internacional, não era uma novidade da década de 1990. A grande singularidade é que nunca havíamos atuado tão ativamente sob a dominância

desse capital crescente e copiosamente desenfreado, que encontrava na economia brasileira um terreno preparado nos termos do neoliberalismo, garantindo, assim, a sua manutenção até os dias de hoje e de forma continuada (quiçá aprofundada).

Logo, esse conjunto de fatores arquitetados para conduzir as economias a um estado de vulnerabilidade externa ao capital financeirizado traz como consequente resultado para o Brasil mais uma camada de perda de autonomia na condução de suas políticas, num claro compromisso do Estado com as finanças e, primordialmente, num mecanismo constituído para que os interesses da ordem financeira estejam sobre quaisquer outras determinações, incluindo da classe trabalhadora e qualquer tipo de projeto que vise o seu atendimento. Isso se traduz em nada menos do que um esvaziamento do Estado no que tange à garantia de direitos básicos à população, de modo que, de Collor a Bolsonaro, o Brasil segue trabalhando para permitir o ingresso de forças contraditórias que se fazem valer nessa nova fase financeirizada do capitalismo.

3. ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL, FINANCEIRIZAÇÃO E TOYOTISMO

Após compreendermos como a financeirização se desenvolve e, consequentemente, termos algum entendimento sobre as mudanças que ela, conjuntamente com o neoliberalismo, impõe à ação do Estado, faz-se necessário descrevermos algumas transformações estruturais que ocorrem na esfera produtiva em nível mundial e seus efeitos sociais mais imediatos.

Como explicado, a financeirização é um fenômeno originado das metamorfoses estruturais sofridas na acumulação de capital ao longo das últimas décadas do século XX. De acordo com Harvey (2008), em meados da década de 1970 o sistema capitalista sofreu uma grande transformação em seu regime de acumulação. Para o autor, do imediato pós-guerra até 1973 (com a primeira crise do petróleo) o fordismo foi o regime de acumulação capitalista dominante, sendo substituído, em meados de 1973, pelo chamado regime de “acumulação flexível”. Em concordância com o descrito por Paulani (2009, p.25):

> O regime de acumulação envolve cinco regularidades sociais e econômicas, quais sejam, a forma de organização da produção e a relação dos trabalhadores com os meios de produção, o horizonte temporal da valorização do capital a partir do qual são definidos os princípios de gestão, a composição da demanda social, o padrão distributivo relacionado à reprodução dinâmica das diversas classes e grupos sociais, e a articulação com formas não capitalistas (quando elas ocupam um lugar determinante na formação econômica em questão).

O regime de acumulação estrutura e condiciona as dinâmicas sociais e econômicas, em maior ou em menor medida, de todas as sociedades capitalistas, seja em nível nacional ou em nível internacional. Neste sentido, Harvey (2008) busca explicitar as diferenças existentes entre o regime de acumulação fordista e o regime de acumulação flexível, sendo tal compreensão vital para reforçarmos o entendimento acerca da ascensão do neoliberalismo e das políticas contrárias à seguridade social.

O regime de acumulação fordista, que, de acordo com Harvey, se estende de 1945 a 1973, era um regime orientado pela esfera produtiva, de forma que a acumulação capitalista em nível global ocorria por meio do crescimento sustentado da lucratividade das firmas em nível mundial. Especificamente, o Fordismo pode ser descrito como um regime em que a acumulação capitalista era obtida e sustentada pelo crescimento da produção em massa; esta última, por sua vez, era sustentada e crescia (possibilitando crescentes ganhos produtivos aos capitalistas) por meio do crescimento da demanda efetiva, possibilitado por uma valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras, que, além de contarem com amplo auxílio dos Estados nacionais para prover algum grau de seguridade social (que diminuía despesas dos trabalhadores com serviços como saúde e educação, elevando-se a renda disponível para o consumo de outros bens e serviços disponibilizados pelo mercado), contavam também com salários relativamente mais elevados, possibilitando maior consumo e, consequentemente, maior absorção e estímulo à produção em massa.

Este regime se mostra inviável em meados dos anos 1970 por dois motivos: i) desde o final da década de 1960 observa-se uma elevação da concorrência intercapitalista (causada pela reestruturação das economias europeias do pós-guerra e pela industrialização de países asiáticos e latino-americanos), que tem por efeito uma diminuição dos lucros e um desestímulo a novos investimentos produtivos, avolumando-se a capacidade ociosa); e ii) o choque do petróleo que ocorre em 1973

é responsável por elevar os preços de produção (visto que o petróleo é um dos principais insumos de muitos processos produtivos), dificultando o ganho de lucros na esfera produtiva. Harvey entende que as dificuldades na acumulação daí derivadas foram as responsáveis por findar o regime de acumulação fordista, fazendo emergir os primeiros traços do regime de acumulação flexível, que se apoia

> [n]a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2008, p. 140).

De toda maneira, enquanto o regime fordista era orientado pela esfera produtiva, o regime da acumulação flexível passa a ser orientado pela esfera financeira, que subordina a esfera produtiva e dá lugar a uma reestruturação da produção em nível global. De acordo com Paulani (2009, p. 28),

> [a] produção de renda e riqueza real passa a se dar sob a lógica dos imperativos da valorização financeira. Seus processos devem ser adequados às necessidades de giro rápido e pronta condição de aproveitar ganhos que a acumulação financeira impõe, o “mínimo” de rendimento real que a produção deve gerar é muito alto, dada a elevada valorização dos ativos financeiros (o que pressiona no sentido de uma exploração do trabalho ainda mais violenta), a operação do caixa deve ser tal que ele funcione não como atividade de apoio à produção, mas como centro de lucro adicional, os gestores dos grandes grupos de capital devem buscar, antes de tudo, a maximização do valor acionário da empresa, fazendo o que for necessário.

Para se cumprir com os imperativos da valorização financeira, num regime cuja acumulação passa a depender enormemente de ganhos financeiros e fictícios, na esfera produtiva observa-se a ascensão de um novo modus operandi da organização industrial em nível global: o Toyotismo. Os impactos da ascensão do Toyotismo sobre o mundo do trabalho são enormes, de forma que é válido ressaltarmos como este ascende e se estrutura em meados de 1970.

Esta nova forma de organização da produção visa possibilitar que as firmas aufiram lucros elevados a fim de maximizar e legitimar os valores dos ativos financeiros destas empresas. Três pontos a caracterizam e a diferenciam do período

anterior: i) há a tentativa constante de ajustar a produção à demanda, eliminando-se custos fixos, variáveis e com estoques (buscando-se também diminuir a capacidade ociosa ao máximo); ii) há uma busca constante por diminuir a necessidade de trabalho não especializado, seja por meio de uma crescente utilização de trabalho morto nos processos produtivos (como de máquinas e equipamentos mais tecnológicos que possibilitem à força de trabalho ocupada ser cada vez mais produtiva), seja pela intensificação da exploração da força de trabalho ocupada; e iii) há uma busca constante por dinamitar o poder de barganha da classe trabalhadora, tornando as relações existente entre classe trabalhadora e capital mais flexíveis e benéficas para o último.

Por conta da ascensão do Toyotismo como modus operandi da organização industrial subordinada aos interesses da esfera financeira, observa-se o crescimento e intensificação de problemas econômicos estruturais como o desemprego, a precarização do trabalho formal e informal e a elevação da informalidade em todo o mundo - em especial nos países periféricos, onde a classe trabalhadora não possui tanto poder de barganha (pelo menos quando comparada à classe trabalhadora de países centrais). Os problemas estruturais intensificados com a ascensão do Toyotismo afetam diretamente o mundo do trabalho e reforçam as desigualdades socioeconômicas profundas e explícitas no Brasil (principalmente se consideramos que o trabalho é única fonte de renda da grande maioria dos brasileiros, e uma precarização do trabalho tende a evidenciar ainda mais as desigualdades entre ricos e pobres), afetando diretamente a qualidade de vida e as oportunidades da população brasileira num ambiente em que a participação e intervenção do Estado na economia e sociedade se encontra limitado pelos ideais da ordem neoliberal que recrudesce a atuação estatal em desfavor das condições de vida dos trabalhadores.

Tais efeitos do Toyotismo no Brasil podem ser observados facilmente quando analisamos os dados acerca do mundo do trabalho, de forma que observamos, facilmente, os grandes desafios enfrentados pela população brasileira. De acordo com os dados da Organização Internacional do Trabalho (International Labour Organization - ILO, na sigla em inglês), em 2020 cerca de 13,7% dos trabalhadores brasileiros se encontravam desempregados (sendo que esta taxa pode ser muito

maior considerando-se os desalentados pela pandemia da Covid-19), ao mesmo tempo em que 28% da força de trabalho ocupada em empregos formais era subutilizada. Além do elevado grau de desemprego e subutilização, em 2020, cerca de 47,1% dos trabalhadores brasileiros estavam ocupados no setor informal.

Os elevados níveis de desemprego, trabalho informal e precário podem ser entendidos como um grande empecilho que dificulta e cria problemas para a sociedade brasileira, pois, ao mesmo tempo em que grande parcela da população nacional passa a ter menos renda disponível para consumir, as políticas neoliberais fazem com que as ações do Estados precarizem a seguridade social, intensificando problemas econômicos e sociais estruturais no Brasil.

4. DO TERRORISMO FISCAL AO TETO DOS GASTOS

Até aqui, dissemos que a financeirização, compreendida como o processo de dominância das finanças sobre as demais esferas da vida econômica e social, impacta diretamente o potencial de ação dos Estados emergentes na condução de suas economias (principalmente quando levamos em conta a coerção para a adoção de políticas receitadas pelo Consenso de Washington). Ademais, a subordinação da esfera produtiva às finanças e paralela ascensão do Toyotismo tem por efeito a intensificação de problemas econômico-sociais estruturais que dificultam ainda mais o cotidiano da classe trabalhadora. Dessa forma, passaremos a analisar o encantamento do debate acerca da rigidez fiscal que, contrariamente ao discurso, tem encaminhado o Estado brasileiro a grandes retrocessos.

Ao iniciarmos a discussão acerca da austeridade fiscal, é necessário primeiro dar um passo atrás e verificar os entornos relacionados a esse tema no Brasil. A forma tenaz de tratamento do orçamento público é indicada pelo governo atual como parte inovadora componente de sua proposta de planejamento governamental. Nos referimos aqui ao Plano Plurianual (PPA) da governança bolsonarista:

> Com o encaminhamento do Projeto de Lei deste PPA ao Congresso Nacional, este assume a tarefa de decidir sobre a estratégia do setor público federal para os próximos quatro anos. Essa tarefa é desafiadora, ao considerar a

> demanda social crescente, associada a recursos orçamentários e financeiros insuficientes para contemplá-la em sua totalidade. (BRASIL, 2019)

Apesar desse entendimento de se estar inovando ao adotar o que o governo chama de realismo fiscal, aquele que seria melhor denominado como terrorismo fiscal, tem respaldo muito anterior a 2019. De acordo com Carvalho e Rossi (2020), sua origem se dá a partir dos trabalhos de Alberto Alesina e outros autores que, desde a década de 1990, defendiam a nomeada austeridade fiscal expansionista, que indica, em linhas gerais, ajuste fiscal em conjuntura de contração econômica, cujo alcance seria a confiança dos agentes. Mas a literatura já se encarregou de mostrar que ínfimos são os casos documentados na história que tiveram sucesso com essa abordagem, já que, na maioria das ocorrências, seu resultado foi desemprego e redução da renda (CARVALHO; ROSSI, 2020). Assim, a partir do avanço e intensificação do debate neoliberal, vê-se difundido o ideário que se utiliza dessa teoria para justificar a austeridade, mesmo que contrariamente aos indícios claros de lapso desse tipo de condução.

Ademais, levando em consideração que havia uma expectativa de que com o avanço do Partido dos Trabalhadores (PT) à frente do poder executivo no início dos anos 2000, fossem praticadas mudanças na condução das políticas econômicas do Brasil, mas, na realidade, de acordo Ribeiro, Loural e Amaral (2020, p. 2), o que ocorreu foi uma

> [...] tentativa de conciliar o compromisso neoliberal de estabilidade monetária, austeridade fiscal e ampla abertura comercial e financeira com aspectos típicos do velho desenvolvimentismo, como a industrialização, o crescimento econômico e a garantia de certo grau de bem-estar social, tudo isso sob orientação estatal direta.

À vista disso, fica claro que a dinâmica de subordinação do Estado aos interesses privados não teve ruptura nem sob a governança de um partido mais à esquerda, evidenciando diretamente no fortalecimento do discurso de regime fiscal austero, herança desde o primeiro governo pós-redemocratização, cujo ápice se dá no momento pós-golpe de Estado ocorrido em 2016.

Destarte, mesmo sob a presidência de Dilma Rousseff, já se defendia a admissão de metas fiscais menos ambiciosas das que haviam sido intencionadas anteriormente com o ministro Joaquim Levy, compreende-se então que a redução fiscal em meio à recessão que se inicia em 2014 acabou por intensificar os efeitos da crise (CARVALHO, 2018).

Paralelamente à instauração e fortificação recessiva brasileira, o tão conhecido documento que apresentava o programa “Uma Ponte para o Futuro”, planejado em 2015 pelo então vice-presidente em conjunto com seu partido, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), cujo público alvo eram empresários, apresentava um diagnóstico de esgotamento fiscal do Estado e sua incapacidade de sustentar os direitos conquistados com a Constituição de 1988 (PMDB, 2015; CARVALHO, 2018).

A questão é que foi se introduzindo no debate que, novamente, a abordagem neoliberal era a única capaz de reverter a condição de crise da economia brasileira, mesmo, como já citado, depois de ter sido comprovado que o ajuste recessivo não teria respaldo no crescimento econômico. Na realidade, foi estabelecido e incrustado na sociedade que a redução do Estado, no que tange aos projetos de assistência à população, já que em relação às políticas macroeconômicas pró-mercado sua atuação se manteve inflexível, era a resposta para os problemas econômicos, políticos e sociais do país. Entretanto, o esvaziamento do Estado em termos de políticas voltadas ao progresso social, insistentemente defendido pelos neoliberais, não opõe-se à utilização do aparato estatal para atender aos interesses privados. Desse modo, as consequências desse terrorismo fiscal, programado pela elite e dirigido exclusivamente a suprimir medidas que fujam do sentido pró-mercado, vieram em forma de uma sequência de golpes que foram capazes de aprofundar ainda mais os danos à classe trabalhadora.

Em primeiro lugar, o golpe de Estado sofrido pela presidenta Dilma foi um dos passos em que a coalizão de diversos partidos políticos representantes dos interesses do grande capital brasileiro (latifundiários, rentistas e industriais), em conjunto com a mídia burguesa e uma parcela do poder Judiciário e Executivo, se beneficiaram do ainda maior esvaziamento estatal que estava proposto em detrimento da seguridade social brasileira (e consequentemente da qualidade de vida de milhões de Brasileiros).

O pós-golpe foi seguido de reformas extremamente regressivas, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, que iniciou a formulação do que viria a ser a reforma da previdência social, aprovada em 2019 já sob Bolsonaro; a reforma trabalhista realizada em 2017, cujo resultado foi a maior flexibilização das relações de trabalho, levando à precarização do mesmo, e dando ao setor privado ainda mais poder na relação capital-trabalho (RIBEIRO; LOURAL; AMARAL, 2020); e a Emenda Constitucional (EC) do teto de gastos públicos, que, na sua forma (mas não no discurso), realizou a desvinculação dos recursos nas áreas da saúde e educação, quando passou a ajustar o valor mínimo destinado a ambas apenas pela inflação do ano anterior (CARVALHO, 2018; CAFFÉ; BRUNO; 2017).

Esta última foi, sem sombra de dúvidas, a mais emblemática no que tange à vitória da elite em incrustar o terrorismo fiscal na dinâmica econômica. A EC 95/2016 basicamente se estabeleceu como um ataque e retrocesso de pelo menos 20 anos de direitos sociais conquistados (desde a redemocratização) pelo menos. De forma que entendemos que o novo regime fiscal inaugurado de fato não atingiu o seu dito objetivo de promover uma retomada econômica por meio da superação da crise brasileira que se desenvolve desde 2014. Nesse sentido, entendemos que

> [o] teto de gastos públicos do governo federal brasileiro, implementado pela EC 95/2016, é, portanto, uma ofensiva conservadora de retirada de direitos sociais, tendo como alvo prioritário o projeto constituinte de 1988, que exige a intervenção do Estado para a redução das severas desigualdades sociais e econômicas, necessária para uma econômica verdadeiramente soberana (MARIANO, 2017, p. 279).

Dessa forma, essa ofensiva conservadora que visa dinamitar a atuação do Estado na economia diminui o potencial de intervenção estatal, garantindo que o projeto de esvaziamento do Estado tenha continuidade e aprofundamento. Além de reduzir gastos, a EC 95/2016 tem o potencial de precarizar ainda mais a vida dos trabalhadores brasileiros, que, além de lidar com elevadas taxas de desemprego e com crescente precarização de empregos formais e informais, passam a ter que reservar parte da já reduzida renda para buscar serviços essenciais para a manutenção da qualidade de vida (visto que, com a EC, os serviços públicos tendem a ser cada vez mais escassos). Fica evidente que essas medidas diminuíram o

potencial efeito de políticas públicas destinadas aos trabalhadores e o direcionou ao mercado. É por essa via que, adequadamente, Dweck, Rossi e Mello (2020, p. 95) apontam que

> [p]recisamos, urgentemente, rever as regras fiscais brasileiras, em especial, revogar o Teto de Gastos, para evitar a drástica redução da participação do Estado na economia. A manutenção da EC 95 irá impor um outro projeto de país. Trata-se de um novo pacto social, que reduz substancialmente os recursos públicos para garantia dos direitos sociais, como saúde, educação, previdência e assistência social. Nesse novo pacto social, transfere-se a responsabilidade para o mercado no fornecimento de bens sociais.

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, o que este ensaio pretendeu evidenciar foi a estreita conexão entre as transformações ocorridas na dinâmica da acumulação, que se desenhou na subordinação das políticas econômicas, sociais e dos diversos mundos do trabalho ao progresso dos mercados financeiros.

Nesse sentido, as políticas restritivas, tal como a EC 95, que caracterizam-se como um ataque direto à seguridade social brasileira, só podem ser compreendidas quando levamos em consideração as transformações pela qual o sistema capitalista sofre em seu âmago, isto é, em sua forma de acumulação. Desta maneira, buscamos tratar a EC/95, não pelo simples discurso da austeridade fiscal, ou seja, demonstramos que ela nada mais é que um instrumento para potencializar a acumulação e rendimentos dos capitais privados em desfavor da qualidade de vida dos trabalhadores, num momento em que a atuação do Estado se mostra extremamente necessária.

À vista disso, as consequências mais imediatas de um desse regime flexível é a exasperação de um discurso do tipo TINA (There Is No Alternative), que sustenta a adesão à ordem neoliberal e convence quanto à existência de um nó fiscal que só pode ser remediado via austeridade, dado que se percebe o desequilíbrio como fruto de excesso de gastos públicos e não como o que ele realmente é: i) uma parcela substantiva do orçamento público engessada em torno da remuneração ao capital

financeirizado por meio do pagamento de juros; ii) uma baixa capacidade de arrecadação fiscal oriunda dos ajustes recessivos e das contrarreformas que, ao reduzirem o nível de atividade econômica e a geração de emprego, e esvaziarem a assistência social e o sistema previdenciário, reduzem também as receitas do Estado; e iii) a absoluta desconsideração quanto à necessidade de, num país desigual como o Brasil, vigorar um sistema de taxação que efetivamente recaia sobre os mais altos extratos sociais, promovendo uma verdadeira distribuição de renda e riqueza em nossa sociedade. A má notícia é que qualquer medida dessa natureza afeta negativamente os interesses dos grupos que detêm poder econômico e político, nacional e internacionalmente; afeta a acumulação capitalista e, portanto, encontra raríssimo espaço para prosperar.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLZAN, Luis Carlos et al. **Ajuste fiscal e o Sistema Único de Saúde na gestão estadual do Rio Grande do Sul**: a política de saúde esvaziada pela ideologia neoliberal. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, 2010.

BRASIL. Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 e alterações posteriores (PPA 2020-2023), 2019.

BRUNO, Miguel; CAFFÉ, Ricardo. Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, p. 01-38, 18 set. 2017.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. Editora Todavia SA, 2018.

CARVALHO, Laura; ROSSI, Pedro. Mitos fiscais, dívida pública e tamanho do Estado. In: DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (org.). **Economia pós-pandemia**: Desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico. São Paulo: Autonomia Literária, cap. 2, p. 39-49, 2020.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. **Redes**, v. 3, n. 1, p. 185-212, 1998.

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Sobre o diagnóstico falacioso da situação fiscal brasileira. In: DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (org.). **Economia pós-pandemia**: Desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico. São Paulo: Autonomia Literária cap. 5, p. 67-95, 2020.

HARVEY, David. O neoliberalismo: História e implicações. **São Paulo: Loyola**, 2008.

LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise L. Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 37, n. 2, p. 191-211, 2018.

PAULANI, Leda Maria. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. **Estudos avançados**, v. 27, n. 77, p. 237-264, 2013.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. In: Estudos Avançados, v. 23, n. 66, pp. 25-39, 2009.

PMDB. Uma ponte para o futuro. Brasília, 2015.

RIBEIRO, Cássio Garcia; LOURAL, Marcelo Sartorio; AMARAL, Marisa Silva. Neoliberalismo *reloaded*: contrarreformas para barrar o social-liberalismo estatal dos governos PT. 2020.